

# REDE DE APOIO PARA CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM SÃO FRANCISCO DO CONDE: CONHECENDO O PROAP<sup>1</sup>

Milena Adriana Oliveira de Castro<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo é um construto resultante da pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB. Buscou-se investigar acerca de possíveis Redes de apoio para crianças com o transtorno do espectro autista (TEA) em São Francisco do Conde, tendo como recorte o Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial (PROAP). Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de expor os dispositivos que o município possui para dar suporte para os estudantes com TEA. Utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, adotando como instrumento a entrevista semiestruturada, além da revisão bibliográfica. Pode se constatar que de fato o município possui uma rede de apoio para crianças com TEA, com possibilidade de atendimento interdisciplinar e multiprofissional, embora esta rede não seja suficiente para toda a demanda social do município. Através deste trabalho os leitores passarão a conhecer mais sobre PROAP.

**Palavras-chave:** Crianças com Transtorno do Espectro Autista - São Francisco do Conde (BA). Educação inclusiva - São Francisco do Conde (BA). Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial - Estudos de caso.

## ABSTRACT

This article is a construct of research carried out through the Pedagogy course of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony -UNILAB. We sought to diagnose the Support Network for children with autism spectrum disorder (ASD) in São Francisco do Conde, having as a clipping of the research the Program of Attention and Pedagogical and Psychosocial Follow-up (PROAP). This research is justified by the need to expose the devices that the municipality has to support students with ASD. The methods used were qualitative research with an exploratory view, semi-structured interview as a methodological instrument and bibliographic review. It can be seen that in fact the municipality has a support network for children with ASD and through this work readers know more about PROAP.

**Keywords:** Children with Autism Spectrum Disorder - São Francisco do Conde (BA). Inclusive education - São Francisco do Conde (BA). Pedagogical and Psychosocial Care and Monitoring Program - Case studies.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Rita de Cássia Santos Barbosa.

<sup>2</sup> Graduanda de Licenciatura em Pedagogia pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

O Presente trabalho surge como curiosidade e ao mesmo tempo uma inquietação. No ano de 2010 estive a frente de uma turma de segundo ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental e uma certa vez me deparei com um aluno que não era da minha turma, mas estava na sala naquele dia. Ele tinha o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e eu não sabia como lidar com ele, pois no curso de Magistério não fui ensinada a lidar com crianças com nenhum tipo de deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou alguma limitação. Me senti incapaz, pois ele parecia ser um caso severo: não deixava que ninguém o tocasse, chorava e gritava muito e eu não sabia o que fazer... Só fiquei com ele no colo, e ele gritando pela mãe, enquanto os outros 23 alunos estavam agitados na sala. A verdade é que a minha formação não havia me dado suporte para aquela situação, e hoje tenho a curiosidade em saber se os professores possuem suporte da Secretaria Municipal de Educação, como cursos e recursos, ou se dispõem de alguma rede de apoio em seus contextos de atuação.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), historicamente foi identificado por Léo Kanner, em 1943, após a realização de uma pesquisa com 11 crianças, sendo comparado de forma equivocada, naquela época, com a esquizofrenia. O transtorno é considerado invasivo no desenvolvimento e persiste por toda vida, com causas desconhecidas. Atualmente, a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - DSM - V (American Psychiatric Association, 2014) define o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como um Transtorno do Neurodesenvolvimento.

Considerando a importância de se incluir esses alunos, sabemos que atualmente muito já foi conquistado. Por muitos e muitos anos essas pessoas tiveram suas vidas negadas, eram consideradas pela sociedade e pelas famílias como “pessoas doentes”, e viviam escondidas do mundo e excluídas da sociedade. Durante muitos anos, muitas lutas foram travadas e tivemos alguns avanços a partir da Declaração de Salamanca, marco histórico na luta pela inclusão das pessoas com deficiência. Porém sabemos que há muito ainda para se conquistar e ser melhorado para que esses indivíduos tenham seus direitos garantidos de verdade.

Com isso, este trabalho é o fruto de uma pesquisa sobre os recursos ofertados para o atendimento de crianças com TEA na Rede Municipal de Educação de São Francisco do Conde, que tem como objetivo investigar possíveis redes de apoio para crianças com o transtorno do Espectro Autista (TEA) em São Francisco do Conde, através do Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial (PROAP).

O PROAP, criado em 2010 na gestão da Prefeita Rilza Valentim, destina-se a acolher os estudantes que tenham dificuldades de aprendizagem e inclui os diagnósticos específicos sendo eles dislexia, discalculia, transtornos específicos da leitura, disortografia, e também alunos com TEA. No princípio o PROAP também atendia os professores e oferecia o atendimento com as especialidades de psicologia, fonoaudiologia e terapia. Atualmente o programa atende somente os estudantes da rede municipal.

Uma das questões que direciona a pesquisa é: Como o PROAP tem favorecido o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA e quais estratégias estão sendo feitas e aplicadas em benefício desses estudantes?

A Rede Municipal de Educação de São Francisco do Conde possui atualmente 53 unidades escolares e 7.936 alunos matriculados (dados informados em setembro de 2020 pela SEDUC). O último concurso foi realizado em 2016, com posse iniciada em março de 2017. Através deste concurso a rede recebeu 11 (onze) professores de Educação Especial e 17 (dezesete) Psicopedagogos, porém o número de profissionais não é suficiente para atender toda a demanda da rede. Apesar dos professores psicopedagogos cursarem disciplinas relacionadas a educação especial e inclusiva, observa-se que na prática esse conhecimento muitas vezes é insuficiente para lidar com os alunos com TEA. Por esse motivo algumas reflexões são cruciais para a pesquisa. A rede pública de educação de São Francisco do Conde está preparada para atender crianças com TEA? O que tem sido feito pela SEDUC- Secretaria municipal de educação para qualificar os professores? Quais são as redes de apoio disponíveis no município atualmente?

No intuito de refletir sobre tais questões, sabendo que não será possível de fato respondê-las neste momento, mas provocar um debate necessário, a pesquisa desenvolvida partiu do seguinte problema norteador: Como o PROAP enquanto rede de apoio existente no município, tem contribuído para o processo de inclusão educacional das crianças com TEA no contexto de São Francisco do Conde?

Assim, no sentido de contribuir para o debate da educação inclusiva das crianças com TEA, busquei refletir e conhecer os avanços conquistados em relação a possíveis suportes e redes de apoio para favorecer os processos de ensino/aprendizagem destes alunos da Rede Municipal de São Francisco do Conde-Ba através do PROAP. O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se uma reflexão teórica acerca dos desafios da educação inclusiva de crianças com TEA, trazendo em seguida os avanços na legislação brasileira. Na terceira seção tem-se a apresentação da metodologia utilizada, seguida dos resultados e discussões que refletem o diálogo com as entrevistas realizadas com alguns

colaboradores do PROAP. Por fim, o trabalho pretende sensibilizar o leitor para conhecer a rede de apoio a crianças com TEA no município através do PROAP e assim provocar uma discussão sobre o programa.

## **2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM TEA: QUAIS DESAFIOS?**

Existem inúmeros desafios ao lecionar para estudantes com TEA, mas é fato que as maiores dificuldades têm sido a falta de diagnóstico e o preconceito. Em relação ao diagnóstico é necessária a avaliação por profissionais especialistas, o professor não pode diagnosticar estudantes, mas apenas aconselhar um encaminhamento para médicos especialistas e neuropsicólogos. Pela falta de avaliação é comum o atraso no diagnóstico e conseqüentemente a demora em atender as necessidades especiais dos estudantes com TEA.

Em relação ao preconceito, ele acontece de várias formas, seja através da família que muitas vezes não aceita que os filhos tenham alguma deficiência ou transtorno e acabam ignorando ou evitando a realização do diagnóstico; dos colegas da sala e da escola que discriminam e excluem o estudante com TEA por ser diferente; e por fim dos professores, que por não saberem lidar com o aluno, geralmente adotam a estratégia de ignorar ou tratar de forma exageradamente cuidadosa, não enxergando o/a estudante como um sujeito único, com seus limites e potências.

Se olharmos apenas para cada um dos sintomas envolvidos, incorremos no erro de avaliarmos, de maneira parcial, o conjunto que a obra representa. Mas, se tratarmos e cuidarmos corretamente desse indivíduo, o jogo é montado e podemos nos surpreender com o resultado obtido. A tarefa de montar um quebra-cabeça pode ser nada fácil para muitos de nós: buscamos peça a peça e tentamos encaixá-las, cuidadosamente, a fim de que pequenos fragmentos, que aparentemente não têm lógica, possam se transformar em uma bela paisagem. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 12).

Segundo Orrú (2012), as pessoas com autismo são ainda pouco compreendidas pela sociedade, devido à falta de conhecimento sobre esta condição. Para a autora, o desconhecimento e a falta de informação sobre o autismo produzem certa incompreensão, fazendo com que as pessoas reproduzam conceitos deturpados sobre o assunto.

[...] quando as pessoas são questionadas sobre o autismo, geralmente são levadas a dizer que se trata de crianças que se debatem contra a parede, tem movimentos esquisitos, ficam balançando o corpo, e chegam até dizer que são perigosos e precisam

ser trancados em uma instituição para deficientes mentais. São falas que revelam desinformação a respeito dessa síndrome (ORRU,2012, p. 37).

Infelizmente a sociedade em sua maioria é desinformada e leiga quando se trata de pessoas com necessidades especiais. Muitos têm preconceito, outros acham até que são doentes, excluem, até mesmo agridem e tratam como loucos, tudo isso pela falta de informação.

A exclusão do estudante com TEA surge das concepções preconceituosas. A sociedade impõe limitações às pessoas com autismo seja nas relações e interações sociais determinando espaços e relacionamentos; “[...] cabe exatamente ao processo educacional destas pessoas a tentativa de desenvolvimento dessas insuficiências através do que são capazes de realizar investindo no processo de interação com o grupo social” (CRUZ,2014, p. 60).

Ao longo dos anos houve muitos estudos sobre autismo e surgindo outros aspectos observados nesses indivíduos. De acordo com David (2012), o autismo foi classificado primeiramente no DSM III (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) e DSM-IV, os quais qualificam o autismo no grupo dos transtornos globais do desenvolvimento (TGD). Já em 2013, o autismo teve uma nova classificação, de acordo com a CID-11 (International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems), sendo englobado no grupo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e caracterizado como Transtorno do Neurodesenvolvimento, qualificado no DSM-5. O mesmo classifica o autismo em áreas do desenvolvimento, tais como: “habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação e presença de comportamentos e interesses restritos” (KUBASKI, 2014, p. 15). Conforme essas características, Santos (2011) salienta que cada autista expõe seus comportamentos de maneiras diferentes, bem como os sintomas variam de leve a grave.

Além dessas características, pode-se observar nos sujeitos com TEA: dificuldades na compreensão de metáforas e duplos sentidos (interpretação literal das frases), evitam contato visual, estresse na mudança de rotina, empecilho em interpretar sinais (expressões faciais, expressões verbais), ecolalia (repetições de palavras ou frases), comportamentos motores repetitivos (pular, balançar, fazer movimentos com os dedos e/ou mãos, bater palmas, etc.), dentre outros; e vale ressaltar que nenhuma pessoa é igual a outra, independente do grau que cada um venha ter, o espectro é como o DNA, cada um possui o seu.

A partir dessas características pode-se ressaltar de acordo com Klin (2006, p. 54) que:

Nessa condição, existe um marcado e permanente prejuízo na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses. As anormalidades no funcionamento em cada uma dessas áreas devem estar presentes em torno dos três anos de idade.

### **3 EDUCAÇÃO INCLU4SIVA DE CRIANÇAS COM TEA E OS AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO**

Em relação às legislações , pode-se enunciar que as leis que fundamentam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva são, dentre outras, Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764 (27 de dezembro de 2012) , Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015).

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, estabelece definições em relação à educação especial em seu capítulo V, artigo 58 dispõe:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

A referida Lei evidencia que a educação especial deve ser preferencialmente no ensino regular. A inclusão aqui proposta está relacionada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (transtornos do neurodesenvolvimento) e altas habilidades/superdotação e com todos os outros alunos que irão interagir e aprender a conviver com a diversidade. Para que a inclusão aconteça de fato, é necessário que os professores tenham conhecimento pedagógico para ensinar a esses estudantes que possuem especificidades para a aprendizagem. Para que a inclusão aconteça é preciso ir além de colocar o aluno na instituição de ensino regular: é preciso suporte pedagógico adequado às suas necessidades para que esse aluno possa se desenvolver cognitivamente e socialmente.

Nesse sentido, faz-se necessário que os professores tenham uma formação acerca de práticas pedagógicas inclusivas que estejam em sintonia com as demandas de aprendizagem dos alunos com TEA.

Os professores costumam referir que a formação universitária e as práticas tradicionais de ensino não dão conta do aluno que se encontra em sua sala de aula. Isto faz com que se sintam, muitas vezes, sobrecarregados e impotentes mediante as problemáticas que se colocam no cotidiano (LAGO, 2007, p.54).

Em 2015, foi criada a lei 13.146, conhecida com LBI- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e em seu art. 28 preconiza como responsabilidade: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.”

Portanto, a Escola precisa ser um espaço de inclusão, o que significa ir além da presença do aluno no espaço escolar. A inclusão deve estar nas ações pedagógicas, no currículo, no Projeto Político Pedagógico-PPP e nas relações de ensino-aprendizagem. A inclusão é tarefa de todos os funcionários do ambiente escolar, não é apenas uma tarefa do professor. O aluno precisa sentir-se bem em todos os espaços da Escola.

Evidente que o papel do professor é fundamental para o processo de inclusão e educação do aluno com TEA. Por esse motivo a formação docente é uma das medidas mais urgentes para que se tenha de fato uma educação democrática, heterogênea, inclusiva e de qualidade. Para isso, além do suporte e formação da equipe gestora, os professores precisam ser estimulados a qualificar-se para desempenhar essa modalidade de ensino que é a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e/ou atuarem de forma inclusiva no ensino regular.

Apesar dos avanços tecnológicos e de estarmos no século XXI, é fato que, já virou um “provérbio” afirmar que nossos alunos estão no século XXI, a estrutura das escolas no século XIX e professores do século XX. Diante de inúmeras inovações pedagógicas a realidade do ensino na escola pública ainda é de um sistema tradicional de caráter excludente. A formação do professor deve ser pensada na universidade, na Rede que ele atua, mas principalmente dentro da própria unidade escolar de maneira dialógica e dialética.

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é uma das saídas para obter o sucesso almejado na formação emergencial para a inclusão. O fato de essa formação recair sobre experiências concretas, casos reais, situações do dia a dia que desequilibram o trabalho nas salas de aula é matéria-prima das mudanças pretendidas por esse modo de formação. (MANTOAN, 2015, p.81).

Mas a realidade é que a maioria das escolas, em São Francisco do Conde, não possui sala de recursos, não possui espaços de recreação e faltam materiais básicos para que o papel do professor seja ressignificado. Na educação tradicional e tecnicista o professor é um

expositor, transmissor, depositador de conteúdo. Quando o professor adota essa concepção de ensino, possui muita dificuldade com os alunos que possuem outras necessidades e formas de aprendizagem. O professor precisa ser um mediador e facilitador entre os conteúdos e os alunos.

O aluno com TEA, assim como os outros, precisa construir sua autonomia e processo de autoformação, para isso é necessário um vínculo afetivo e estratégias pedagógicas para que essa autonomia seja desenvolvida. Dentre os objetivos do ensino de alunos com TEA, a habilidade social é um dos que mais se destacam. Exercícios que desenvolvam a capacidade sensorial, espacial, de socialização são de suma importância.

Conforme já foi anteriormente citado, a legislação prevê atendimento educacional especializado para que todo o suporte pedagógico seja ofertado. Nesse sentido, algumas escolas dispõem deste atendimento, com sala de recursos multifuncionais, ou seja, uma sala adaptada para atender e dar suporte aos alunos com TEA e outras deficiências. Neste ambiente, o aluno recebe uma educação individualizada e específica, voltada para às suas necessidades, com ênfase na mudança de alguns comportamentos e no aprendizado.

Para Seabra e Mendes (2009), é de suma importância a acessibilidade dos alunos com deficiência aos recursos tecnológicos da escola e os benefícios que estes trazem à autonomia destes sujeitos. Porém, colocar um aluno com deficiência numa sala de aula sem oferecer recursos que possibilitem o enfrentamento das diferentes situações de forma funcionalmente competente pode não ser suficiente.

Em relação aos documentos curriculares, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, estabelece habilidades e competências a serem adquiridas pelos estudantes, traz a perspectiva de diversidade, mas não aprofunda ou especifica a educação especial e inclusiva. Cabe então aos municípios em seus currículos delimitar ou delinear a concepção e estratégias para a educação especial/inclusiva.

O Referencial Curricular Franciscano –RCF, currículo da rede municipal de São Francisco do Conde, foi construído com a participação dos profissionais da educação. Durante a construção foi criado vários Grupos de trabalho, dentre eles o de educação especial/inclusiva. O Currículo de educação especial/inclusiva além de ser forjado com os aportes teóricos teve as experiências e vivências dos profissionais como fundante para que esse aluno tenha seu processo de desenvolvimento cognitivo e de socialização assegurado.

Na SEDUC existe uma gerência de educação especial/inclusiva, o que revela um interesse e importância do poder público para com essa modalidade. Existe também o Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial a Estudantes- PROAP. Um espaço

multidisciplinar com diversos profissionais que atendem diversos tipos de estudantes com dificuldade de aprendizagem.

O PROAP realiza também diversas ações de formação, como o I encontro de professores com alunos autistas com o objetivo de orientar os educadores a respeito do autismo (conceito, diagnóstico, características) além de oportunizar a experimentação de diversas técnicas e estratégias para estimular o aprendizado do estudante que tem o autismo, tornando o processo de ensino e aprendizagem significativos. O PROAP conta com diversos recursos e profissionais como Fonoaudiólogo, Psicólogo, Psiquiatra, Musicoterapia, Pedagogos, Fisioterapeutas, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais entre outros.

Apesar dos avanços sabe-se que a inclusão e ensino dos alunos com TEA é um desafio. Se a estrutura e o sistema educacional dificultam a educação dos alunos típicos, isso se agrava mais ainda em relação aos alunos atípicos. Os professores e profissionais que têm contato com os alunos com TEA precisam estar sensíveis para acolher e educar essas crianças de modo equivalente às suas demandas.

Pelo fato de a formação inicial do professor ser insuficiente, é necessário que o professor busque uma contínua qualificação e que a Escola, bem como SEDUC – Secretaria Municipal de Educação, ofereça encontros formativos para que esses professores possam qualificar a sua prática, buscando estratégias e metodologias para esse público distinto.

Ressalto a importância de todos saberem que a educação inclusiva não se refere somente aos alunos com deficiência. Os alunos ditos normais também precisam aprender a conviver com a diversidade, pois na sociedade existem diversos tipos de pessoas, com e sem deficiências. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas é o primeiro passo para a construção da cidadania e deve ser incentivado.

Ao comentar sobre aprendizagem, pode-se dizer que há barreiras enfrentadas pelos educadores, pois muitas vezes não sabem como ensinar os alunos com necessidades especiais. E os docentes precisam procurar estudar, pesquisar considerando a necessidade de ir além do diagnóstico de seu aluno, qualificando-se para realizar um trabalho de qualidade e eficiência com os alunos com necessidades especiais, em particular os que possuem o TEA. É relevante argumentar o quanto é importante a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista, pois auxilia positivamente em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas é o primeiro passo para a construção da cidadania e deve ser incentivado.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos com altas habilidades/superdotação, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (MENDES, 2012).

Nessa perspectiva, o desafio, agora, é avançar para uma maior valorização da diversidade sem ignorar o comum entre os seres humanos. Destacar muito o que nos diferencia pode conduzir à intolerância, à exclusão ou a posturas fundamentalistas que limitam o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, ou, que justifiquem, por exemplo, a elaboração de currículos paralelos para as diferentes culturas, ou para pessoas com necessidades educacionais especiais. (BLANCO, 2009).

É relevante esse olhar diferenciado e ajustamento no modo de ensinar. Deve-se verificar a necessidade de um modelo de ensino que vai além da presença no âmbito escolar, encontrando um caminho para participação e aprendizagem efetiva do aluno com autismo. Considerando como ponto importante a presença, a participação e a aprendizagem, Tony Booth e Mel Ainscow (2000 apud KUBASKI, 2013) comentam sobre esses conceitos, considerando-os necessários para que haja plenamente a inclusão.

Compreende-se o seguinte sobre estes conceitos:

1. Presença: sem classes separadas ou outra segregação, se o aluno participa de práticas conjuntas ou separadas de seus colegas, como a frequência desse aluno na escola, o local que esse aluno está inserido, correspondência entre o ano escolar e a idade cronológica.
2. Participação: qualidade de experiências educacionais; tais como o engajamento do aluno em atividades conjuntas.
3. Aceitação: pelos professores, colegas e equipe da escola, ou seja, relação com colegas, professores e demais funcionários da escola, melhores amigos, quem o auxilia, quem ele busca.
4. Aprendizagem: ganhos acadêmicos, emocionais e sociais, por exemplo, como é realizada a avaliação desse aluno, principais recursos e dificuldades, etc. (BOOTH;AINSCOW, 2000 apud KUBASKI, 2013, p. 24).

## 4 METODOLOGIA

Com intuito de refletir acerca dos desafios e possibilidades educacionais disponíveis para os estudantes com TEA no município de São Francisco do Conde-Ba, assim como identificar as dificuldades dos professores para atendê-los, optou-se por uma perspectiva de pesquisa qualitativa. Pretendeu-se analisar como esses alunos com TEA são atendidos pela Secretaria de Educação do município em parceria com o Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial (PROAP).

Os instrumentos metodológicos adotados foram a aplicação de uma entrevista semiestruturada (gravada) para alguns colaboradores do PROAP, além da revisão bibliográfica relacionada ao tema.

Segundo Gil (2002, p. 44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa.

O campo de pesquisa escolhido foi o Núcleo do Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial (PROAP), no qual foram entrevistados três colaboradores. Para tanto, foi elaborado um roteiro com 15 perguntas acerca dos seguintes temas norteadores: Ações de atendimento da Secretaria de educação juntamente com o PROAP; formação; parceria com a família e questões acerca do funcionamento e atendimento do PROAP.

Para a análise dos dados utilizou-se um olhar de pesquisa exploratório, ou seja, sem hipóteses prévias sobre a Rede de apoio para crianças com o Transtorno do Espectro Autista (Tea) em São Francisco do Conde, buscando-se observar a emergência de algumas categorias relacionadas às questões que envolvem a Secretaria de Educação, a organização administrativa do PROAP, a coordenação, aos profissionais e a relação com a família e o diálogo com a Escola.

Convém ressaltar que antes da realização da presente pesquisa, os entrevistados assinaram a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foi garantido o anonimato. Como o estudo “objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional”<sup>3</sup>, este não ofereceu, portanto, nenhum tipo de risco aos seus participantes no que tange a ética em pesquisa. Em relação ao atual cenário

---

Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 – Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde, disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)

pandêmico, embora a entrevista tenha acontecido em contexto presencial, foram seguidos e observados todos os protocolos sanitários recomendados como a manutenção do devido distanciamento com os entrevistados, o uso de máscara e álcool gel.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As entrevistas foram realizadas com três profissionais atuantes no PROAP nas seguintes áreas: Terapia Ocupacional, Musicoterapia e a Fonoaudiologia. Um dos profissionais entrevistados também atua na coordenação da parte do TEA. Ressalto que cada entrevista foi feita de forma individual, com distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel.

O Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial - PROAP é regulamentado pela lei municipal 528/2018, atende crianças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental da rede municipal de educação. Os alunos da rede estadual, que estão no ensino médio, não são atendidos pelo programa. As escolas do município têm um modelo de relatório padrão: quando se percebe a dificuldade da criança, ou alguma alteração visível, a equipe escolar se reúne e preenche esse relatório e encaminha para o PROAP. A partir daí a criança passa pela avaliação com a neurologista, pelo serviço social e identificando a demanda eles são direcionados para as terapias e/ou atendimentos que a criança tiver necessidade, sendo eles nas áreas de musicoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, podendo contar também com pedagogos, psicomotricistas e psicopedagogos.

O/a terapeuta ocupacional trabalha com sujeitos e crianças que têm dificuldades com a realização das suas atividades no dia-a-dia, fazendo com que a gente aproxime a criança com o que é esperado para a sua idade. O trabalho com crianças com TEA principalmente com o brincar traz aprendizagem, linguagem, socialização, aprendizado motor, cognitivo. Em casos específicos como dificuldade no campo sensorial, traça-se objetivos e fazemos atividades com estímulos sensoriais para que a criança se aproxime do que é esperado para a idade dela. (TERAPEUTA OCUPACIONAL-PROAP)

É perceptível a ênfase dada pela terapeuta ao que é esperado em relação a idade da criança, o que é um cuidado para com a criança e com seu processo cognitivo. É fundamental avaliar os aspectos da aprendizagem em relação a idade da criança e o contexto que ela se encontra.

Ao ser questionada sobre a evolução da criança com TEA, a terapeuta ocupacional respondeu que as crianças avançam cada uma conforme o seu tempo, que respeitam o tempo da

criança porque esta é um ser humano único que tem a sua maturação cerebral. Então cada um responde de uma maneira diferente. Também tem relação com os estímulos que a criança tem em casa e a família precisa seguir as orientações que são fornecidas pelo PROAP.

A terapeuta ocupacional lida somente com crianças com TEA, e tem basicamente como trabalho principal ajudar esses sujeitos que têm dificuldades em trabalhos do dia a dia, aproximando-os através da sua terapia ao que é esperado para crianças da sua faixa etária. O trabalho se dá principalmente através da comunicação, atrelado ao brincar onde, por sua vez, se dá a socialização e os diversos aprendizados em âmbito cognitivo e motor. As crianças precisam ser estimuladas e para tal, é necessário o apoio da família para que o avanço esperado aconteça. Como recurso principal é utilizado o corpo, o qual pula, roda, dança, brinca; e outros recursos como malhas, corda cones, bolas...

Para os estímulos sensoriais fazem a confecção de massas de modelar, trabalham com sementes, tintas, jogos adequados para a idade e necessidade de cada criança.

Não consigo mensurar o tempo em que a criança começa a ter resultados significativos no processo de ensino-aprendizagem porque cada criança tem um tempo diferente, tem respostas diferentes e isso tem relação com os estímulos que ela tem em casa. (TERAPEUTA OCUPACIONAL-PROAP)

O musicoterapeuta também falou do trabalho da musicoterapia como uma das terapias e atividades ofertadas para as crianças com TEA. A musicoterapia é um dos recursos para o desenvolvimento e utiliza a música como ferramenta principal. “A gente desenvolve a musicoterapia a fim de melhorar o comportamento da criança, desenvolvimento cognitivo, psicomotor e motor, também com as habilidades motoras ampla e fina. Busca-se também desenvolver a linguagem, comunicação e socialização” (MUSICOTERAPEUTA-PROAP).

Segundo este profissional, quando a criança chega ao PROAP, se tem uma conversa com os Pais ou responsáveis dessa criança a fim de descobrir quais as dificuldades que apresentam, e a partir disso são criados objetivos. Dentro das terapias ofertadas pode-se perceber a evolução das crianças, mas observa-se, antes de tudo, a construção do vínculo terapêutico com a crianças, para que a partir desse vínculo possa ser trabalhado as questões necessárias para o desenvolvimento dos estudantes. Assim, ao final do semestre, é observado se a criança obteve a evolução esperada pela equipe. Tal evolução na maioria dos casos acontece de forma significativa, conforme o profissional entrevistado, pois há grandes progressos através das terapias, com a ajuda e incentivo dos estímulos que lhe são ofertados.

Ainda conforme o relato deste profissional, através dos encontros semanais e fazendo uso de instrumentos musicais, as crianças avançam cada uma ao seu tempo com esse que é um dos suportes para alunos com TEA. Através da musicalização, das brincadeiras cantadas e principalmente do uso dos diversos instrumentos musicais que eles têm acesso, percebe-se a evolução dessas crianças dia após dia.

A gente utiliza a música em forma de canto e de execução de instrumentos, criando ou percebendo habilidades em algum instrumento e desenvolve música a partir disso. E também acerca disso, a gente trabalha a questão multidisciplinar. A música em conjunto com outras terapias como a psicologia, também a terapia ocupacional e a fonoaudiologia, então a gente desenvolve outras atividades quem envolvam todas essas terapias em conjunto para que aconteça o desenvolvimento da criança.” (MUSICOTERAPEUTA -PROAP).

Apesar das entrevistas terem sido realizadas de forma individual e em momentos distintos, observou-se que o discurso dos profissionais está alinhado em relação aos estímulos necessários para o desenvolvimento cognitivo, motor e socialização das crianças.

Após a anamnese cria-se objetivos, mas o foco é a construção do vínculo terapêutico para que possa trabalhar as questões que as crianças trazem e assim perceber como está o desenvolvimento da criança e através dos objetivos percebemos o avanço. A maioria das crianças consegue se desenvolver através dos estímulos, pois o que falta geralmente para elas são estímulos. (MUSICOTERAPEUTA-PROAP)

O PROAP dispõe de uma sala de acolhimento, que acontece com o serviço social, com uma psicóloga e uma arte-terapeuta, onde são realizados encontros com os pais, tendo oficinas de arte terapia, questões emocionais, para que também seja dada o suporte para a família desses estudantes. Enquanto as crianças estão sendo atendidas, os pais estão na sala de acolhimento recebendo orientação, participando de oficinas, palestras, participando de maneira ativa e aprendendo através dessas ações sobre o que é o TEA e como lidar com os seus filhos.

É necessário o cuidado com esses pais, para que eles compreendam os seus filhos e forneçam a eles o que for necessário. Há pais que precisam de olhar mais sensível e alguns são também acompanhados com psicólogos do programa. Com relação a escola, o PROAP faz oficinas para os professores, com salas temáticas e com atividades para que a criança seja incluída. E realiza visitas que são periódicas na escola e na turma em que esses alunos estudam.

Infelizmente o PROAP não atende a demanda do município, pois é muito grande inclusive com fila de espera para ter acesso a este programa. Através do PROAP os professores, que têm alunos com deficiência, fazem formação continuada; além das oficinas, existem as visitas na escola para acompanhar a criança. Antes da pandemia os encontros eram semestrais. (COORDENAÇÃO TEA -PROAP)

As ações são contínuas pois estão em contato direto com os pais, realizam acompanhamento, terapias, orientação, formação e todo suporte mínimo e necessário. Em período de pandemia, eles têm feito vídeo chamadas para observar a rotina dessas crianças, e foram mandadas também atividades impressas para serem realizadas em casa, com orientação e ajuda dos pais. Observa-se, através dos relatos coletados, que o PROAP é uma rede de apoio aos estudantes e pais de crianças com deficiência, onde pretende-se a cada dia incluir essas crianças, com a ajuda de vários profissionais tendo como objetivo maior dentro das suas ações avançar, incluir e integrar estes estudantes no meio social.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao me debruçar sobre o trabalho do PROAP, percebi que São Francisco do Conde possui uma rede de apoio para crianças com o transtorno do espectro autista e outras deficiências.

O PROAP enquanto rede de apoio existente no município tem contribuído para o processo de inclusão educacional das crianças com TEA no contexto de São Francisco do Conde, através dos atendimentos aos alunos e das famílias pelos diversos profissionais que acompanham o desenvolvimento dos estudantes e das atividades e terapias oferecidas, como a musicoterapia que é ofertada pelo programa. O PROAP auxilia no processo de inclusão e (re) adaptação dos estudantes com TEA na sala de aula.

Porém o programa não é suficiente para atender a demanda do município que possui diversos bairros distantes, chamados de distritos pelos munícipes, o que dificulta o acesso devido à localização do PROAP que fica no centro da cidade. O programa possui uma lista de espera de estudantes que precisam ser atendidos, porém a demanda é grande para o contexto no qual se encontra atualmente. Outro ponto que precisa ser revisto é a permanência dos profissionais. Alguns dos profissionais que trabalham no programa são de contratos temporários como REDA<sup>4</sup>, o que atrapalha na continuidade do trabalho e a relação de vínculo com o aluno e família, uma vez que é este vínculo que contribui para a evolução das crianças como mencionado anteriormente pelos próprios profissionais.

Para que o PROAP de fato possa atender a demanda do município seria necessário pelo menos uma outra unidade em um ponto estratégico que fique próximo das Escolas mais

---

<sup>4</sup> Regime especial de direito administrativo.

distantes e um concurso público que contemple funções específicas para que os cargos no programa sejam ocupados por profissionais efetivos que deem continuidade aos atendimentos e projetos.

### Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

BLANCO, R. **A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas**. In: Marchesi, A., Tedesco, J.C. 2009.

BRASIL. **Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm). (Acessado em 14 de maio 2021).

BRASIL. **Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). (Acessado em 14 de maio 2021).

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n° 4, de 02 de outubro de 2009**. Diretrizes operacionais para a educação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 JAN. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial**. Brasília, MEC/ SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

CARVALHO, R.E. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=64&Itemid=193>. Acesso em: 10 Janeiro. 2021

COLL, C. Enseñar y Aprender en el Siglo XXI: el sentido de los aprendizajes escolares. In: MARCHESI; TEDESCO; COLL (Orgs). **Calidad, equidad y reformas en la enseñanza**. Madri: OEI - Fundación Santillana, 2021.

CRUZ, Talita. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Gerente, 2009.

LAGO, Mara. **Autismo na escola**: ação e reflexão do professor. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13077>. (Acessado em 14 de maio 2021).

LOPES, E. **Flexibilização curricular**: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação/ Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE, 2008.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SEABRA, Mariana. MENDES, Enicéia, Gonçalves. Escolha dos recursos de alta tecnologia assistiva para a inclusão de crianças com paralisia cerebral in: **Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**. Londrina 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/167.p df> (Acessado em 14 de maio 2021).

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.